

A

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA RENATA NATAL

Ref.: Pregão Presencial – Registro de preços nº 129/2017

Assunto: Contrarrazões ao Recurso Administrativo.

Recorrente: SOQUIMICA LABORATORIOS LTDA

Recorrida: MUNDIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

A **MUNDIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Manoel Gomes dos Santos, nº1173, CEP 14.140-000 na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.405.108/0001-71, por seu procurador, vem à presença de Vossa Senhoria, **IMPUGNAR**, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002¹, combinado com o Item 10.2 do ato convocatório em epígrafe², o Recurso Administrativo promovido pela empresa SOQUIMICA LABORATORIOS LTDA, articulando e deduzindo as ponderações de direito a seguir.

A Contrarrazões em epígrafe está completamente amparada no ordenamento jurídico pátrio, razão pelo qual, deve ser declarado insubsistente o recurso ora fustigado.

¹ “XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.”

² ... “ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.”

DISTRIBUIDOR

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Prima facie, deve-se informar que a contrarrazões em análise encontra-se completamente tempestiva, devendo a presente peça ser conhecida no sentido de desconfigurar *in totum* o Recurso apresentado pela empresa SOQUIMICA LABORATORIOS LTDA.

A título de esclarecimento, no sentido de aperfeiçoar as entabulações jurídicas consignadas pela MUNDIMED (Recorrida), e por consequência, exteriorizar da melhor forma possível todos os substratos jurídicos determinantes da inviabilidade do Recurso ora fustigado esta Contrarrazões será formalizada de forma mais objetiva, dispensando-se maiores comentários, **tendo em vista que a manutenção da classificação da Recorrida é medida que se impõe.**

II – DOS FATOS

a) AQUISIÇÃO DE CURATIVOS

Conforme facilmente se verifica no preâmbulo, do ato convocatório, a Administração Pública licita produtos para fins de abastecimento tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CURATIVOS ESPECIAIS DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I.**

Conforme compreende do texto acima, evidência a necessidade para fornecimento de produtos que apresentem em seu descritivo **CARACTERÍSTICAS QUE ATENDAM AS ESPECIFICAÇÕES**, senão vejamos.

DISTRIBUIDOR



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital há as seguintes solicitações para o **Item 01**:

“CURATIVO DE ALTA ABSORÇÃO, COMPOSTO FIBRAS ABSORVENTES E ÍONS DE PRATA, TRANSFORMANDO A PLACA EM GEL COESO PROTEGENDO OS BORDOS DA LESÃO. MEDINDO 15 X15. REGISTRO NA ANVISA COMO CORRELATO CLASSE DE RISCO III.”

O item acima citado é claro em exigir a aquisição de CURATIVO DE ALTA ABSORÇÃO, sendo o foco do recurso o seu tamanho e sua composição.

O questionamento levantado equivocadamente pela recorrente refere-se à incompatibilidade do material ofertado pela recorrida no qual **frisa** o fato do material ofertado composto por **Sulfadiazina de prata a 1% e tamanho 20x20**.

As argumentações apresentadas pela recorrente são infundadas, pois, a recorrida ao ofertar um material que contém em sua formulação Sulfadiazina de prata e o tamanho maior que o solicitado no edital apresenta real ganho para a administração pública, oferta um produto superior, ou seja, representa um produto que combate bactérias e fungos e com uma área maior de cobertura uma vez que a placa de curativo pode ser recortada e utilizada em diversas feridas.

Outro ponto levantado pela recorrente é que “a sulfadiazina de prata não pode ser usada em feridas crônicas”, erra-se mais uma vez pois é de amplo consenso a utilização da Sulfadiazina de prata em feridas crônicas e agudas tanto é que faz parte de inúmeros protocolos.

A prata contida no produto Betaplast Silver é iônica e mantém ligação com a sulfadiazina de maneira também iônica, erra-se mais vez a recorrida em alegar que a prata contida no produto Betaplast Silver não é iônica.

DISTRIBUIDOR



Estas informações podem ser encontradas de maneira mais detalhada no ANEXO I (RELATÓRIO TÉCNICO BETAPLAST SILVER PROFESSIONAL)

Referências bibliográficas:

1. Data on file. Absorption Shape Test Report for Medifoam N & 'A' Product. Genewel Co Ltd. GTRRD- 0001-004. Rev 1.
2. Data on file. Absorption & Retention Capacity Test Report for Medifoam N & Gauze. Genewel Co Ltd. GTR-RD-0001-003. Rev 0.
3. Data on file. Test Report for Morphology Compare with Medifoam N & Commercial dressing. Genewel Co Ltd. GTR-RD-0001_002. Rev 0.
4. Park YO, Minn KW, Hur JP. The effect of MedifoamR (hydrophilic polyurethane foam) dressing in split thickness skin graft donor site. J Korean Soc Plast Reconstr Surg 2002;29:297-301.
5. Lee KC, Kwak TI, Lee DS, Moon DG, Kim JJ. The effect of MedifoamR dressing on the wound of penile surgery. 2003.
6. Jang SS, Minn KW. Wound dressing after CO2 laserresurfacing using a new dressing material; MedifoamR. J Korean Soc Aesth Plast Surg 2002;8:149-154.
7. Data on file. Test Report for Physical Property Compare Medifoam N with Commercial dressings

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital há as seguintes solicitações para o **Item 02:**

“GEL, INCOLOR, HIDRO ATIVO E ABSORVENTE, VISCOSO E LEVEMENTE ADERENTE, É COMPOSTO POR CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, AÇÃO HIDRATANTE, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO DE FERIDAS SECAS E NECRÓTICO-FIBRINA. COMPOSTO AINDA COM NO MÍNIMO ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E AÇÃO

DISTRIBUIDOR



HEMOSTÁTICA. PROPILENOGLICOL, UMECTANTE E EMOLIENTE, CONSERVANTES, TRIETANOLAMINA, CARBOMERO 940 E ÁGUA PURIFICADA. TAMPA FLIP-TOP. TUBO DE 85 GRAMAS.”

O item acima citado é claro em exigir a aquisição de GEL INCOLOR, HIDROATIVO, sendo o foco do recurso a sua composição.

O questionamento levantado equivocadamente pela recorrente refere-se à incompatibilidade do material ofertado pela recorrida no qual **frisa** o fato do material ofertado não ter em sua composição **trietalonamina** e **carbomero 940**.

As argumentações apresentadas pela recorrente são infundadas, pois, o produto ofertado pela empresa MUNDIMED **possui** em sua formulação estes ingredientes, conforme ANEXO II (FICHA TÉCNICA DO PRODUTO ALLYGEL).

No ANEXO II podemos constatar a presença dos ingredientes Carbopol 940 (nome do princípio ativo carbomero 940) e Alcalinizante (nome do princípio ativo trietalinamina).

Ou seja equivoca-se a recorrente ao citar que o produto classificado no certame não atende a solicitação.

Referências bibliográficas:

1. Janes EM, Cochane CA, Percival SL. The Effect of pH on the Extracellular Matrix and Biofilms. Adv. Wound Care (New Rochelle). 2015 Jul, 4(7): 431-439.

DISTRIBUIDOR



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital há as seguintes solicitações para o **Item 03**:

“CURATIVO HIDROCOLOIDE DE BAIXO PERFIL, TRANSLÚCIDO, QUE INDICA O MOMENTO IDEAL DA TROCA DO CURATIVO, REVESTIDO COM UMA PELÍCULA LISA DE BAIXA FRICÇÃO. O CURATIVO É ESTÉRIL E COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA COM NO MÍNIMO CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, POLIISOBUTILENO E POLÍMEROS ELASTOMÉRICOS ADICIONADOS À FÓRMULA PARA CONTROLE DE FORMAÇÃO DO GEL COM UMA CAMADA EXTERNA DE POLIURETANO QUE OFERECE UMA BARREIRA BACTERIANA/VIRAL. MEDINDO 20 X 20.”

O item acima citado é claro em exigir a aquisição de CURATIVO HIDROCOLÓIDE, sendo o foco do recurso a sua composição.

O questionamento levantado equivocadamente pela recorrente refere-se à incompatibilidade do material ofertado pela recorrida no qual **frisa** o fato do material ofertado não ter em sua composição **barreira viral** e **indicação do momento ideal de troca**.

No recurso impetrado pela recorrente há clara intenção de confundir a administração pública pois a barreira viral fica a cargo da camada externa de poliuretano que o produto classificado da marca Curactive/Casex possui em sua formulação, ou seja, o produto classificado possui barreira viral comprovada.

Outro ponto levantado é a indicação de troca, mais uma vez neste ponto há real intenção de confundir os profissionais da secretaria de saúde do município, pois a indicação de troca do curativo se dá pela mudança de coloração da placa, e não pela existência de linhas desenhadas no curativo.

DISTRIBUIDOR



No ANEXO III podemos constatar a presença dos ingredientes Camada Externa de Poliuretano e Carboximetilcelulose (ingrediente que trata e indica a troca do curativo pela coloração).

Referências bibliográficas:

1. Bishop SM, Walker M, Rogers AA, Chen WYJ. Moisture balance: optimising the wound-dressing interface. J. Wound Care. 2003 Jul, 12: 125-128.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital há as seguintes solicitações para o **Item 04**:

“BANDAGEM FLEXÍVEL MEDINDO 10,2 X 9,14 / 10,16 X 9,14 DE GAZE BRANCA, POLIÉSTER E ALGODÃO, IMPREGNADO COM PASTA NÃO SOLIDIFICAVÉL, DE ÓXIDO DE ZINCO, ACÁCIA, GLICERINA E/OU VASELINA E ÓLEO DE RÍCINO, INDICADO PARA TRATAMENTO DE ÚLCERA VENOSA.”

O item acima citado é claro em exigir a aquisição de bota de unna, sendo o foco do recurso a sua composição.

O questionamento levantado equivocadamente pela recorrente refere-se à incompatibilidade do material ofertado pela recorrida no qual **frisa** o fato do material ofertado ter itens que não foram solicitados no memorial descritivo.

Mais um ponto de real vantagem para a administração pública, pois, os ingredientes que contem no produto Unna Heal da marca Casex ofertada pela recorrida empresa MUNDIMED garantem o tratamento mais eficaz e com itens para melhor prognostico do paciente.

Anexo (ANEXO IV – UNNAHEAL) a ficha técnica do produto ofertado pela recorrida.

DISTRIBUIDOR



Portanto, em linhas volutas os produtos vencedores tem razão em ser, pois vão muito além das expectativas vislumbradas no presente edital, conforme acima já demonstrado.

Destaque-se ainda que os fabricantes dos materiais ofertados, possuem ampla comercialização dos produtos ofertados em todo o território nacional possuindo ampla aceitação em importantes centros de referência no tratamento de feridas.

A qualidade dos produtos vencedores é indiscutível em qualquer esfera, seja em argumentos ou em material.

Assim, deverá ser desconsiderado o Recurso ora apresentado pelos fatos acima articulados e deverá ser mantida a decisão que classificou a Recorrida.

Cabe ressaltar, que a recorrente não apresentou fato ou documento que elidissem a classificação da empresa vencedora ou mesmo dos produtos por ela apresentados, pelo que deverá ser mantida a decisão.

b) MELHOR PROPOSTA

Nos ensinamentos de Celso Antonio Bandeira de Mello:

“É um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo

DISTRIBUIDOR



patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir”.³

É por meio do procedimento licitatório que possui como finalidade a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, assegurando igual oportunidade a todos os interessados em com ela contratar (princípio da isonomia).

Nas lições de Marçal Justen Filho, a vantagem que a Administração busca consiste na maior qualidade da prestação, conjugada com o maior benefício econômico, ou seja, a presença tanto de aspectos de qualidade, quanto de onerosidade. Nas palavras do doutrinador:

A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.⁴

Caso Vossa Senhoria acate o recurso da recorrente estará incorrendo em ilegalidade, tendo em vista que deixará de obter a vantagem do menor custo e maior benefício para a Administração.

Não pode ser a Lei entendida, como quer a recorrente de forma engessada, mas de forma dinâmica, sendo no caso de Licitação a busca do bem maior que é atender as necessidade da Administração e esta busca os anseios do povo (comunidade) com o que existe de melhor com o menor preço possível.

³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 20. Ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 492.

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12. ed. São Paulo: Dialética, 2008, p.63.

DISTRIBUIDOR



O procedimento licitatório possui diversos princípios norteadores, dentre eles o princípio da Isonomia, Igualdade, Legalidade.

Pelo que em consonância com os princípios informativos o administrador não deverá desenvolver apenas com observância estrita às legislações aplicáveis ao procedimento licitatório, mas também ao regulamento, caderno de obrigações, edital dentre outros a serem aplicados ao caso concreto.

Pelo que na forma em que foi conduzido o presente certame até este momento conforme acima declinado o produto vencedor figura como sendo a melhor contratação pela Administração.

c) CONSEQUÊNCIAS DA DESCLASSIFICAÇÃO

Apenas a título de argumento, caso a empresa vencedora seja desclassificada, a fundamentação para tal ato seria o engessamento do ato licitatório.

As características descritas nos itens não podem ser entendidas como taxativas, engessadas, pois tratam de produtos para serem utilizados em seres humanos o que por si só já os inviabilizaria, tendo em vista a própria dinâmica para qual se destina.

Prover o recurso da recorrente estará a Administração incorrendo em grave erro, sendo conduzindo o procedimento licitatório para o que é defeso em Lei, pois restará evidenciado o direcionamento a apenas um concorrente.

É correto afirmar que tais procedimentos inviabilizam a livre concorrência oneram os cofres públicos e estão na contramão das Leis que regulamentam os procedimentos licitatórios a serem seguidos pela administração pública direta e indireta.

DISTRIBUIDOR



E relevante sinalizar que a Lei veda a licitação de itens com descritivos fechados ou direcionados, pois ambos determinam um pequeno grupo ou mesmo apenas um fabricante inviabilizando a concorrência.

É bom citar o descrito no art. 3º da Lei Federal 8.666/93, *in verbis*:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”

Também as diretrizes fixadas na Lei Federal nº. 10.520/02 em seu art. 4º, *in verbis*:

“A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital..”.

Cabe ainda citar o previsto pela Lei Federal 10.520/02 em seu art.3º que diz:

“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

DISTRIBUIDOR



II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;"

A própria Lei estabelece que não sejam consideradas as especificações que limitem o caráter competitivo do certame, desde que comprovadamente irrelevantes e desnecessárias como foi exposto anteriormente.

A lei ressalva a liberdade para a Administração definir as condições da contratação administrativa. Mas, simultaneamente, estrutura o procedimento licitatório de modo a restringir a discricionariedade a determinadas fases ou momentos administrativos.

Manter a decisão e denegar o recurso é continuar agindo com o que está prescrito nos ditames e Princípios norteadores do procedimento licitatório, na busca do interesse coletivo que são o melhor resultado econômico, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, devendo adotar a busca pelos benefícios econômicos em primeiro lugar sem perder de vista a qualidade dos produtos e serviços.

Por tudo exposto, e em atenção as Leis citadas sob a presente licitação, solicitamos o provimento do presente instrumento, no qual se dará o **INDEFERIMENTO** do recurso apresentado pela empresa SOQUIMICA LABORATÓRIOS LTDA, e a manutenção da classificação das propostas comerciais fazendo-se dessa forma a mais alta, real e verdadeira Justiça.

III- DO PEDIDO

Ante o asseverado, requer a desconsideração do Recurso ora apresentado, pois se assim julgando, estará este Órgão agindo com acuidade, sapiência e Justiça.

DISTRIBUIDOR



Termos em que, pede e espera deferimento.

Birigui, 12 de dezembro de 2017.



GERALDO MENEZES DE FREITAS NETO
RG: 26.638.638-6-SSP/SP
CPF: 217.029.798-73

DISTRIBUIDOR

